

INFRAESTRUTURA Três anos após incêndio, licitação para a obra está tramitando e intervenções devem durar 4 meses

Prédio da Sesab deve passar por reforma ainda este ano

FRANCO ADAILTON

Três anos após um incêndio, parte do prédio da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) deve passar por uma reforma a partir de setembro próximo. A época do fogo, o espaço era ocupado pelas secretarias da Justiça e da Administração Penitenciária, no Centro Administrativo da Bahia (CAB).

Segundo informações da Defesa Civil de Salvador, o órgão emitiu uma certidão à Sesab para que fizesse reparos “para não agravar a situação do imóvel”. Conforme a Sesab, a licitação para a obra está em andamento e a previsão para a conclusão das intervenções é de cerca de quatro meses.

Atualmente, o prédio de cinco pavimentos teve a base escorada por vigas metálicas. Pelo menos dois andares foram os mais destruídos pelo fogo. Apesar do quadro, de acordo com informações da Defesa Civil, o imóvel não apresenta “risco iminente de desabamento”.

A equipe de reportagem observou que, no andar térreo, pelo menos quatro salas abrigam trabalhadores, como o almoxarifado e a sala dos motoristas. Nos andares acima, diversas salas estavam com luzes acesas, na manhã de ontem, além da movimentação de pessoas.

Quem trabalha no local evita falar sobre o assunto, mas diz que há o receio quanto à segurança da estrutura. “O que nos foi passado é que não há risco, porém a gente tem que estar preparado para qualquer situação”, disse um servidor, sem se identificar.

Paralisação

A vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado (Sindsaúde), Tereza Deiró, informou que, apesar de a categoria ter exigido da Sesab um laudo de uma empresa especializada em estruturas, o órgão ainda não teria atendido à solicitação.

Devido à pressão, informa a sindicalista, a Sesab teria se comprometido com os trabalhadores – que estão em assembleia permanente – a apresentar um laudo até amanhã. “No nosso entender, o prédio apresenta risco. E, por causa dos rearranjos, não temos estrutura adequada de trabalho”, alega.

Por causa da situação, prossegue a dirigente do Sindsaúde, mais de 200 trabalhadores decidiram paralisar as atividades. “Estamos promovendo a desocupação gradual do prédio. Não aceitamos ficar até que a reforma seja feita”, afirmou Deiró.

Segundo a sindicalista, em atendimento a uma exigência dos trabalhadores, a Sesab está buscando outros espaços para realocar os servidores. “Para nós, esse movimento por parte da secretaria já é uma vitória”, avaliou.

Por meio de nota, a Sesab informou que o seguro do imóvel foi pago pela empresa seguradora apenas este ano. A secretaria respondeu, ainda, que todas as medidas de segurança já haviam sido tomadas logo após o incêndio.

Providências

Entre as precauções adotadas, prossegue a nota da Sesab, está a desocupação dos pavimentos afetados pelo incêndio, assim como o escoramento da plataforma. A Sesab reitera que não há sinais de risco para a estrutura e que as áreas com recomendação de isolamento estão fechadas.

A Defesa Civil também informou que realizou uma vistoria a pedido do Sindsaúde. O orientação foi para a contratação de profissional especializado em avaliar a estrutura e apontar as intervenções necessárias.



Movimentação de servidores no terraço do prédio da Sesab, localizado no CAB



Tapumes foram colocados para isolar o imóvel atingido por incêndio. Base da estrutura está escorada por vigas metálicas de sustentação



Pessoas na entrada do subsolo do prédio que mantém funcionamento do órgão

POSTES

Município já possui lei para ordenar fiação aérea

ANDERSON SOTERO

O emaranhado de fios em postes da capital baiana está na mira de uma lei municipal. A norma prevê multa inicial de R\$ 5 mil para empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, telefonia, televisão a cabo e internet que não remover cabos e fiação em excesso ou sem uso.

O problema foi mostrado por A TARDE na edição de anteontem. Em vários bairros o cenário é o mesmo: uma confusão de fios que oferecem riscos de choque elétrico à população e a técnicos que trabalham nos equipamentos.

De autoria do vereador Leo Prates (DEM), a lei, publicada no Diário Oficial do Município no último dia 5 de julho, tem como objetivo combater esse problema. A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba)

havia informado ao A TARDE que 50% dos cabos dos emaranhados estão desativados, mas não foram retirados pelos responsáveis.

Segundo a concessionária, que não soube informar quantos postes estão nessa situação, os emaranhados são formados por fiações e cabos de empresas de telefonia, internet e TV a cabo, que pagam aluguel pelo uso dos postes.

A Coelba, responsável por liberar a instalação e fiscalizar os postes, emitiu, este ano, 88 notificações a empresas de serviços. Em 2016, foram 220. No entanto, a notificação não implica multa. Somente se as empresas não retirarem após ser avisadas é que a Coelba poderá fazer o serviço por conta própria.

Pela nova lei, é de responsabilidade da prefeitura notificar os responsáveis pela instalação da rede aérea pa-



ra realizarem a retirada do excedente de fios e cabos sem uso. Após a notificação do município, as empresas terão prazo de 30 dias para apresentar à prefeitura um plano de remoção.

Se descumprirem o plano ou não o apresentarem, serão multadas em R\$ 5 mil e um novo prazo de 30 dias

será dado. A cada 30 dias de descumprimento, será aplicada multa de R\$ 20 mil.

“Sou engenheiro eletricista e percebi o problema que ameaça o cidadão e polui visualmente. O ideal é que a fiação seja subterrânea, mas sei que é caro. Esses emaranhados viram lixo aéreo”, diz o vereador Leo Prates.

Ele explica que a execução da nova lei cabe à Secretaria Municipal de Ordem Pública, por meio da diretoria de iluminação. O diretor do órgão, Bruno Barral, diz que a prefeitura pretende criar um plano de trabalho para notificar por regiões.

Segundo Barral, o plano será finalizado ainda este

Lei municipal prevê multa para empresa que mantenha cabos excessivos

ano: “Tem que ser de imediato. A situação em vários lugares é vexatória. O dinheiro que a Coelba cobra pelo aluguel dos postes deveria ser investido no ordenamento da fiação”.

“Aliada”

Por meio de nota, a Coelba informa que considera a lei “aliada no trabalho de ordenamento de cabos”, iniciado pela empresa em 2015. “Esta legislação irá contribuir para o cumprimento das normas técnicas específicas informadas a todas as empresas que celebram contratos de compartilhamento dos postes da concessionária de energia”, ressalta a Coelba no comunicado.

A TARDE procurou empresas de serviço de telefonia, internet e TV a cabo, mas nenhuma delas informou ter sido notificada e reiteraram que fazem manutenções preventivas na rede.